

UM ESTUDO SOBRE COMO A ORALIDADE É CONTEMPLADA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹

Albanice de Melo Peronico²

PALAVRAS-CHAVE: Ensino da oralidade; Currículo; Anos finais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir da percepção de que o sistema escolar estava precisando de reformas, devido a fatores como o baixo rendimento por parte dos estudantes e os altos índices de evasão, foi que se percebeu a necessidade de reformulação do currículo escolar. Por esse motivo, a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) surge para equilibrar a “balança” educacional, propondo que todo o território brasileiro seguisse um mesmo caminho, alicerçando o currículo escolar numa mesma base.

Esse trabalho tem como *corpus* o documento intitulado Base Nacional Comum Curricular finalizado em 2018 pelo Ministério da Educação (MEC). O objetivo dessa pesquisa é identificar como o eixo da oralidade é abordado no referido documento no âmbito do Ensino Fundamental – anos finais. O método utilizado foi o da pesquisa qualitativa e documental. Para tanto, foram analisados alguns trechos do documento relacionado-os ao eixo da oralidade.

Como suporte teórico, o trabalho utiliza autores como Antunes (2003), Marcuschi (2001), Melo & Cavalcante (2007), Scheneuwly & Dolz (2004), dentre outros nomes.

Para análise, foram definidas algumas categorias; a saber:

- Propostas com o eixo da oralidade;
- Relação entre a oralidade e as novas tecnologias;
- Os gêneros orais.

1 Trabalho apresentado ao final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, ministrada pelo Prof. Dr. Inaldo Firmino Soares, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado(a) em Letras Português-Espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob orientação do Prof. Dr. Ewerton Ávila dos Anjos Luna. Março/2021.

2 Graduanda em Licenciatura em Letras Português-Espanhol pela UFRPE. E-mail: albaniceperonico@hotmail.com

Como resultado preliminar, podemos destacar que o documento evidencia a importância do ensino da oralidade como maneira de atingir a formação integral do aluno, visto que as novas tecnologias impõem o desenvolvimento de novas habilidades orais.

As análises realizadas demonstraram que a BNCC faz a relação entre a oralidade e o uso das novas tecnologias da informação e destaca a necessidade de aproximar esses múltiplos conhecimentos advindos de diferentes esferas, aproximando a realidade escolar do aluno do seu contexto extraclasse.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em 2015, foi disponibilizada para o público a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. O principal objetivo desse documento seria a reformulação no ensino, através da unificação do currículo escolar. Apesar de recente, a BNCC aparece prescrita na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p. 19).

Por esse viés, a BNCC norteia as práticas de ensino em todo o país, enfatizando o que seria necessário ensinar para que todos os estudantes tivessem as mesmas oportunidades. O documento, portanto, abrange todas as etapas do ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, definindo competências e habilidades para cada um desses níveis. A etapa ao qual desejamos nos aprofundar é o Ensino Fundamental – anos finais, que compreende do 6º ao 9º ano.

Apesar dos longos anos de sua elaboração, a Base ainda é motivo de polêmica. Algumas instituições (Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN, Associação de Linguística Aplicada no Brasil - ALAB, entre outras) quando debatem a temática afirmam que não seria possível esse texto contemplar todas as particularidades culturais, sociais e econômicas do nosso país. Nesse sentido, o documento não poderia servir como instrumento de equidade nem de eficiência do sistema educacional brasileiro.

Além disso, a Base sofre ainda com outras divergências no que se refere ao seu processo de elaboração, pois apesar do texto ter sido amplamente divulgado por meios digitais, não foi alvo de discussões diretas do público mais interessado, a comunidade escolar. Essa decisão do MEC corrobora com a ideia de que a sociedade participa de forma superficial e limitada das decisões governamentais.

Com essa pesquisa, intentamos contribuir com os debates acerca dos pressupostos trazidos pelo Documento Oficial, destacando todas as práticas de linguagem previstas para a área de Língua Portuguesa, considerando, entretanto, um de seus eixos mais importantes: a oralidade.

O eixo da oralidade é trazido na BNCC – Ensino Fundamental, junto aos outros eixos de ensino, tais quais: leitura, produção de texto e análise linguística. Cada um tem sua importância no processo de ensino e aprendizagem do alunado, mas cabe ao professor observar as reflexões feitas pelo documento para a área da oralidade, incluindo-a em seus projetos pedagógicos.

Essa aparente rejeição pelo ensino escolar da oralidade parece ter suas raízes na própria concepção de oral que muitos docentes possuem, visto que muitos ainda acreditam ser algo intrínseco ao dia a dia do estudante. Segundo Antunes (2003):

[...] uma quase omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar; essa omissão pode ter como explicação a crença ingênua de que os usos orais da língua estão ligados à vida de todos nós que nem precisam ser matéria de sala de aula (ANTUNES, 2003, p. 24).

Essa concepção traz muitos paradigmas. O primeiro é que a língua falada é o local da desorganização e, conseqüentemente, do erro. O segundo é de que a modalidade oral da língua já está no cotidiano dos estudantes e, por isso, não precisa de intervenções por parte do professor. Em consonância com esses ideais, os livros didáticos, por vezes, parecem perpetuar essas concepções e propõe apenas exercícios como “converse com o seu colega” ou “dê sua opinião” para atividades com a oralidade. No excerto abaixo, a autora afirma que:

uma equivocada visão da fala, como o lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. De acordo com essa visão, tudo o que é “erro” na língua acontece na fala e tudo é permitido, pois ela está acima das prescrições gramaticais; não se distinguem, portanto, as situações sociais mais formais de interação que vão, inevitavelmente, condicionar outros padrões de oralidade que não o coloquial (ANTUNES, 2003, p. 24-25).

Marcuschi (2001) em conformidade com Antunes (2003) ressalta o fato de a escola supervalorizar a língua escrita em detrimento da língua oral. O autor acredita que dentro da sala de aula a língua oral é sempre dependente do eixo da produção escrita e essa relação gera pouco aprofundamento nas características específicas da oralidade, seu funcionamento e suas regras. Essa dicotomia tão criticada pelo escritor é ainda muito praticada no ambiente escolar. Segundo o autor, essa dicotomia é injustificável, pois:

Assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de algumas das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior a escrita ou vice-versa. (MARCUSCHI, 2001, p.35).

Dessa forma, os documentos oficiais permitem a comunidade escolar uma maior reflexão sobre as práticas de linguagem. Porém, o fato de esses documentos, muitas vezes, serem genéricos e não conseguirem suprir as lacunas da formação básica do professor faz com que muitos continuem sem compreender o oral em sua plenitude e pensar como ele pode ser ensinado e avaliado no ambiente escolar. No excerto abaixo, Melo & Cavalcante afirmam que os documentos oficiais:

[...] além de abordarem a linguagem oral de forma genérica, não propõem nem discutem alternativas pedagógicas para o ensino da oralidade, deixando para a escola a responsabilidade de planejá-lo. Paralelamente, a formação dos professores também apresenta lacunas nesse campo. Existem poucos instrumentos que ajudem o professor a pensar o que é o oral em toda sua amplitude, como ele pode ser ensinado e avaliado (MELO & CAVALCANTE, 2007, p.75).

Ainda que a BNCC não defina os caminhos para ensinar e avaliar o oral, serve como uma base teórica que ajuda aos docentes a pensar alternativas para sua prática cotidiana em sala de aula e, dessa maneira, conseguir cumprir o seu papel na formação dos sujeitos com habilidades comunicacionais, principalmente no que tange ao contexto público.

Essa função pública da linguagem é reforçada pelo documento que ressalta a importância de ensinar os alunos a utilizarem a linguagem em contextos públicos, ou seja, formal de uso da língua. Os gêneros orais públicos exigem do falante uma postura diferenciada, pois necessita de preparação linguística e corporal, de compreensão do

funcionamento do gênero e de escolhas lexicais adequadas. Para Schneuwly & Dolz (2004), os gêneros orais públicos são aqueles que:

[...] constituem as formas de linguagem que apresentam restrições impostas do exterior e implicam, paradoxalmente, um controle mais consciente e voluntário do próprio comportamento para dominá-las. São, em grande parte, predefinidos, “pré-condicionados” por convenções que os regulam e que definem seu sentido institucional. Mesmo que se inscrevam numa situação de imediatez, já que muito frequentemente a produção oral se dá em face dos outros, as formas institucionais do oral implicam modos de gestão mediados, que são essencialmente individuais. Exigem antecipações e necessitam, portanto, preparação. (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 147).

No mundo em que vivemos esse parece ser o ponto crucial da questão. Os alunos que aprendem a se comunicar efetivamente em diferentes contextos de uso da linguagem conseguem se sair melhor no âmbito profissional e acadêmico. Por esse motivo, a escola é o local onde deve ser desenvolvida com maior padronização a linguagem oral pública. Essas estratégias pedagógicas farão com que o sujeito enfrente as diferentes situações sociais em que estará inserido ao decorrer da vida com domínio da esfera pública, fazendo uso adequado dos gêneros orais.

Preparar o aluno para os desafios do futuro é papel da escola, do professor e da família. Os novos gêneros textuais que surgiram com as novas tecnologias evidenciam o quanto necessita ser repensado o eixo da oralidade, visto que muitos desses gêneros dialogam diretamente com esse mundo virtual em que o aluno está inserido e que tende a fazer parte, cada vez mais, do mundo do trabalho.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Numa avaliação geral da BNCC da área de Língua Portuguesa, podemos perceber que o documento assume uma postura enunciativo-discursiva de linguagem e afirma que o texto deve ser o ponto central de trabalho com a língua, realizando um movimento constante de ida e volta ao texto afim de que esse não seja utilizado como pretexto para o ensino de gramática.

Especialmente no eixo da oralidade, o documento traz uma perspectiva teórica de inserir o estudante em práticas socialmente significativas de uso da linguagem. Por isso, a oralidade deve ser relacionada com os demais eixos de ensino (leitura, produção de

textos e análise linguística), fazendo com que o jovem seja capaz de refletir sobre a língua e seus respectivos usos.

A Base traz o tratamento de algumas práticas orais que devem ser desenvolvidas durante o período escolar do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), sendo progressivamente aumentado o nível de reflexão sobre a língua a cada ano escolar. Nesse sentido, o documento reflete sobre a condição de produção dos gêneros orais, sobre a compreensão e produção de textos orais, os recursos estilísticos para a produção de sentido e também sobre a relação da fala e da escrita.

Partindo dessas reflexões, as habilidades são propostas dentro dos campos de atuação, a saber:

- Campo artístico-literário;
- Campo das práticas de estudo e pesquisa;
- Campo jornalístico-midiático;
- Campo de atuação na vida pública.

O eixo da oralidade é trazido em maior ou menor quantidade dentro desses campos de atuação e objetivam, de maneira geral, desvincular a dicotomia existente entre fala e escrita. Entretanto, vale ressaltar que apesar dos grandes avanços observados no documento, ainda é reservado pouco espaço para as discussões sobre a oralidade em relação aos demais eixos de ensino.

Nos campos de atuação, a oralidade sofre mudanças significativas quanto aos seus gêneros textuais, pois a BNCC traz a ponderação sobre os novos gêneros midiáticos junto a algumas reflexões sobre os gêneros textuais já consolidados no ambiente escolar. No excerto abaixo, retirado do campo jornalístico-midiático, percebemos o quanto o novo e o tradicional se mesclam na BNCC com o intuito de permitir ao estudante o máximo de inserção em práticas diversificadas de linguagem.

Figura 1: a inovação e o tradicionalismo nos gêneros orais.

(EF69LP10) Produzir notícias para rádios, TV ou vídeos, *podcasts* noticiosos e de opinião, entrevistas, comentários, *vlogs*, jornais radiofônicos e televisivos, dentre outros possíveis, relativos a fato e temas de interesse pessoal, local ou global e textos orais de apreciação e opinião - *podcasts* e *vlogs* noticiosos, culturais e de opinião, orientando-se por roteiro ou texto, considerando o contexto de produção e demonstrando domínio dos gêneros.

Além disso, recorrentemente, o documento fala sobre como as novas tecnologias influenciaram as novas práticas de linguagem e, com isso, surgiram não apenas novos gêneros textuais, mas, principalmente, novas habilidades a serem desenvolvidas pelos

alunos. Isso porque quando inserido no mundo virtual, o estudante deverá ser capaz de diferenciar as notícias falsas das verdadeiras, enfrentar o efeito bolha das redes sociais e discernir sobre as consequências decorrentes dessa nova forma de comunicação.

Se o jovem no ambiente escolar não for preparado para esses novos desafios que a tecnologia impõe como poderá ser um sujeito complexamente letrado? Como saberá lidar e combater o discurso de ódio disseminado por alguns grupos sociais na internet? Saberá ler as “entrelinhas” dos textos digitais?

Por esse viés, a Base propõe atividades com o eixo da oralidade que dialoguem com a realidade do estudante e, principalmente, com sua atuação na vida pública e digital. Os gêneros orais públicos são enfatizados e as práticas de reflexão e discussão sobre o uso da língua na esfera pública destacadas. Observe esse fragmento:

Figura 2: a função pública dos gêneros orais.

(EF69LP24) Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, do Código Nacional de Trânsito, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. –, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo.

Na habilidade (EF69LP24), podemos perceber a necessidade de ensinar com base na vida extraclasse do estudante e nos desafios que o mesmo irá enfrentar em outras áreas da sua vida. Importante também observar que a escrita e a fala chegam à escola sem dicotomia, de forma inter-relacionada. Dessa forma, não existe supremacia das práticas de linguagem, pois uma depende da outra e vice versa.

Outras habilidades que são evidenciadas ao decorrer do documento são aquelas voltadas ao estudo das características específicas dos gêneros orais. Esse ponto é bastante positivo, visto que a oralidade era marcada pela ideia de que seria espontânea e desorganizada, sendo o oposto da produção escrita. (MARCUSCHI, 2001). Porém, a oralidade assim como os demais eixos necessita de organização estrutural, aspectos como a troca de turno, entonação, pausas, expressividade corporal, entre outros, precisam ser estudados e avaliados pelo docente. A habilidade (EF69LP52) ressalta essa necessidade, veja:

Figura 3: as características do oral.

(EF69LP52) Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, variedades e registros linguísticos), os gestos e os deslocamentos no espaço cênico, o figurino e a maquiagem e elaborando as rubricas indicadas pelo autor por meio do cenário, da trilha sonora e da exploração dos modos de interpretação.

Essa habilidade, do campo artístico-literário, além de trazer aspectos específicos da oralidade, desenvolve no estudante outros letramentos, nesse caso o teatral. Os multiletramentos e o letramento digital possibilitam novas vivências educacionais e uma interação maior entre a realidade de vida do aluno e seu cotidiano na escola. Além de valorizar todos os tipos de conhecimentos que o estudante possa a vir desenvolver, sem priorizar alguns em detrimento de outros. Afinal, temos múltiplas inteligências e todas são importantes para a vida em sociedade.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental – anos finais (6º e 7º ano) o foco deve permanecer nesse aspecto mais formal do ensino da oralidade enquanto os últimos anos (8º e 9º) devem priorizar a inserção do estudante na vida pública e digital e nos diversos gêneros textuais que a circulam, refletindo sobre eles para poder produzi-los e/ou modifica-los. Observe os trechos abaixo:

Figura 4: exemplos de habilidades para os 6º e 7º anos.

(EF67LP23) Respeitar os turnos de fala, na participação em conversações e em discussões ou atividades coletivas, na sala de aula e na escola e formular perguntas coerentes e adequadas em momentos oportunos em situações de aulas, apresentação oral, seminário etc.

Figura 5: exemplos de habilidades para os 8º e 9º anos.

(EF89LP22) Compreender e comparar as diferentes posições e interesses em jogo em uma discussão ou apresentação de propostas, avaliando a validade e força dos argumentos e as consequências do que está sendo proposto e, quando for o caso, formular e negociar propostas de diferentes naturezas relativas a interesses coletivos envolvendo a escola ou comunidade escolar.

Na primeira habilidade (EF67LP23), o estudante deve ser capaz de compreender o funcionamento da estrutura oral, seja ela pública ou cotidiana, com o objetivo de começar seu processo de produção de gêneros orais básicos como a entrevista, por exemplo. Na segunda habilidade (EF89LP22), os objetivos tornam-se mais aprofundados, analisando e comparando os discursos e desenvolvendo aspectos que o ajudem a defender seus interesses ou da comunidade em que está inserido.

Conforme a análise realizada, a BNCC consegue articular satisfatoriamente os eixos de ensino, propondo o trabalho com novos gêneros textuais, refletindo sobre o uso das novas tecnologias em sala de aula e enfatizando as práticas de linguagem como

forma de desenvolver o senso crítico e a capacidade de protagonismo dos nossos estudantes.

Isso não significa, entretanto, que o documento seja o mais completo manual do ensino da oralidade, apresentando algumas lacunas em sua construção e não abarcando todas as discussões sobre o ensino do oral que temos nos dias atuais. Além disso, falta o desenvolvimento de mais habilidades específicas para o trabalho com a tradição oral, visto que o nosso país apresenta uma diversidade cultural muito grande no que tange ao texto de circulação oral como as lendas, os contos, entre outros.

Para finalizar, enfatizamos que a BNCC seja como uma fonte de pesquisa teórico-metodológica em que os docentes possam sistematizar e desenvolver suas estratégias pedagógicas. Mas que outros documentos educacionais possam surgir com base nela sendo mais completos e desenvolvendo de forma mais satisfatória todos os pontos do eixo da oralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscamos analisar como a BNCC traz propostas para o eixo da oralidade no Ensino Fundamental – anos finais. Com a análise, percebemos que o documento traz reflexões sobre a oralidade e seu funcionamento, além de trazer uma gama de gêneros orais que circulam na esfera pública e midiática. Além disso, é pertinente ressaltar que existe uma progressão no que diz respeito aos conteúdos trabalhados em cada ano escolar, ou seja, cada novo ano escolar traz aprofundamentos sobre o ano anterior.

Outra percepção importante refere-se à valorização da tradição oral, pois a BNCC, apesar de trazer avanços para a área da oralidade, não traz muitas práticas de oralização e de escuta dos textos da tradição oral para as suas habilidades. Por isso, observamos que de maneira geral o documento não abrange as reflexões sobre a diversidade cultural do nosso país.

Ainda que a BNCC assuma a língua como prática de interação discursiva social, o documento aponta para uma maior importância do eixo da escrita. Isso nos leva a indagações, tais como: por que o eixo da oralidade ainda tem seu espaço reduzido quando comparado aos outros eixos de ensino? Como as escolas estão se preparando

para modificarem suas práticas com o eixo da oralidade? Até que ponto as novas tecnologias criam gêneros orais inéditos?

Os resultados atingidos por essa pesquisa mostram a necessidade de se refletir sobre a importância da oralidade dentro de sala de aula e de como ela deva ser ensinada e avaliada. Além disso, reforça a indispensabilidade de uma adequação dos livros didáticos, dos currículos e dos cursos superiores para que o ensino do oral seja valorizado e difundido em nosso país. Por isso, pesquisas nessa área e em áreas correlatas devem ser estimuladas.

Por fim, esperamos que esse trabalho tenha contribuído de forma positiva para as discussões atuais sobre o ensino da oralidade e as novas tecnologias. Com esse texto podemos perceber como os documentos oficiais vêm tratando a questão da oralidade e de como ela vem assumindo um papel crucial no ensino de Língua Portuguesa. Que essa pesquisa desperte outras discussões e essas, por sua vez, venham a consolidar o ensino da oralidade no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: Encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: fev. 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MELO, Cristina T. V.; CAVALCANTE, Marianne B. Superando os obstáculos de avaliar a oralidade. In: MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (Org.). **Avaliação em Língua Portuguesa: contribuições para a prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHNEUWLY, B. DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.